



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DE REUNIÃO DE COMISSÃO PERMANENTE DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, REALIZADA NO DIA TRINTA DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE (30-10-2017).

No dia trinta de outubro, na Câmara Municipal de Mariana, às onze horas e dezoito minutos, realizou a reunião da comissão de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente (Presidente: Marcelo Macedo; Vice-Presidente: Daniely Cristina Alves; Vogal: Deyvson Ribeiro), sendo presidida pelo vereador Marcelo Macedo. A vereadora Daniely procedeu à leitura da última reunião de comissão, a ata foi aprovada. Participaram da reunião o Sr. Júlio Vasconcelos, Secretário de Administração; o Presidente da Associação de Camargos, Adriano Dias; Eliana de Mello Santos, moradora do distrito de Camargos; Ricardo Diniz, representante da empresa Vivo (Coordenador de Relações Institucionais); Adenir Antão Jacobi Trindade, representante da ACQ engenharia (Fiscal de Obras); Alessandro Pinto Gonçalves, Coordenador da Área de Tecnologia e Informação); Aurimar da Silva, representante da Procuradoria Municipal; Rafael, representante da Secretaria de Obras, para tratarem sobre a torre de telefone do distrito de Camargos. Aurimar pediu desculpas pelo atraso, pois estava em reunião com a Renova sobre o assentamento do Novo Bento. Com a palavra, Sr. Ricardo lembrou que a despeito do distrito de Camargos e como de outros distritos contemplados pelo programa Minas Comunica, existe uma lei vigente desde 2014, que estabelece alguns parâmetros para instalação de infraestrutura e operação de telecomunicação no município de Mariana, a qual precisa de cuidado especial por ser uma região histórica. Essa lei que dificulta o desenvolvimento técnico nesses termos pede uma revisão legal, constitucional para analisar até onde pode subsistir. É uma lei que ultrapassa a competência do município de legislar sobre a matéria, assim que esta Casa, embora não tenha competência para tratar da matéria por ser privativa do poder executivo, mas que use de toda sua vocação, de seu argumento para dialogar junto a prefeitura para poder rever a lei para poder construir algo que garanta total e absoluto respeito absoluto dado ao ambiente histórico de Mariana, e ao mesmo tempo permita que empresas invistam na cidade para que a telefonia resulte num serviço de maior qualidade, maior abrangência e maior capacidade. A lei municipal atual fere algumas leis federais, há limites que estão em desacordo com o que a ANATEL determina. O vereador Deyvson disse que a comissão levará o pedido ao executivo para avaliação e adequação, de modo que a lei favoreça à população de Mariana, a qual merece um sinal telefônico de qualidade. O presidente Marcelo sugeriu uma reunião entre representantes do executivo, da Câmara e com participação do Ricardo Diniz para estudar a lei e propor mudanças necessárias. Sr. Aurimar se colocou à disposição para um estudo técnico e uma possível revisão da lei e acrescentou que o município responde por uma ação civil pública questionando salubridade das antenas ou de radiação e também distanciamento de construções. Muitas operadoras foram intimadas, pois muitas antenas estão em terrenos particulares. O presidente Marcelo propôs que fossem convidadas as outras operadoras, em seguida, perguntou o que da parte da VIVO já está pronto para que o sinal comece a funcionar no distrito de Camargos. Ricardo disse que a parte de rede para fazer o sinal chegar está pronta, outra parte que determina, sendo uma situação complicada, é energia elétrica, para ligação de uma rede demora entre 180 dias a 300 dias. Para ligar a torre precisa mexer na área de equipamentos, os quais não foram colocados por não haver uma torre no distrito por falta de uma licença, por questão de segurança, por não ter condições de operar no exato momento. Em conversa com o IPHAN, é preciso que a prefeitura aprecie a obra da faixada da igreja em Camargos, uma obra de engenharia que não é da telefônica. Em seguida, é preciso que a prefeitura conceda uma licença de operação da torre da empresa telefônica, a partir disso serão encomendados os equipamentos para começar a operar em um prazo de três meses. O presidente Marcelo perguntou ao Rafael se a empresa ACQ engenharia protocolou algum projeto na prefeitura. Rafael disse que ainda não protocolou nenhum pedido de início de obra no distrito. Segundo Adenir, o presidente da empresa afirmou que o projeto já foi encaminhado para a prefeitura e acrescentou que não sabia de muitas informações pois havia pego o processo já em andamento. Rafael informou que em conversa com arquiteta Flora, representante do IPHAN, disse que a empresa ainda não enviou os custos da obra do Adro, da



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

descupinização, do entorno da igreja para o instituto. O presidente Marcelo perguntou sobre como funciona a licença de operação da antena da VIVO. Com a palavra, Rafael disse que a primeira lei no que tange sobre a instalação de torres é de 2009, tendo uma nova redação em 2014, mas também está defasada, assim é importante revisar a lei vigente, criar um novo projeto de lei para regularização das torres no município. Rafael explicou que a prefeitura, no caso a secretaria de obras, emite a licença de construção da torre se estiver em acordo com os parâmetros previstos em lei, depois vai para outras instâncias da prefeitura para questões de alvará de funcionamento e de localização. Rafael disse que o processo da torre de Camargos foi protocolado na secretaria em 2015 e sendo construída antes da liberação da licença de construção, provavelmente ela não seria liberada por questões de localização. Rafael demonstrou sua preocupação em debater a lei de torres municipais, produtores rurais necessitam de sinal celular, de internet, moradores de Camargos, por exemplo, não conseguem fazer um curso à distância. O vereador Deyvson disse que a terceirização excessiva da obra está atrasando todo o trabalho no distrito. A empresa VIVO deveria cobrar um prazo para que a Highline execute a obra. O presidente da Associação de Camargos, Adriano, disse que é um absurdo essa espera por uma resposta do poder público, da empresa, é muito importante ter um sinal no distrito, o qual necessita para o seu desenvolvimento, para sua comunicação. O presidente cobrou maior empenho para resolver a situação. Ainda, perguntou ao Ricardo de quem é a responsabilidade dessas terceirizações da obra em Camargos, quem é o responsável juridicamente, se for da VIVO que traga respostas e soluções para a comunidade. Ricardo explicou que tecnicamente a responsabilidade da empresa contratada para gerir a obra e que a VIVO tem o compromisso com o governo do estado em prover e garantir a cobertura, é claro que existe implicações contratuais que recaem sobre a empresa telefônica. A VIVO percebendo que a empresa contratada para realizar a obra não esteja sendo feita a contento, ela se sente na obrigação de intervir e buscar uma solução. Sr. Adenir disse que realmente não foi encontrado nada referente a esse protocolo, mas que enviará toda documentação para dar entrada no processo de construção da obra até o dia seis de novembro. O presidente Marcelo afirmou que a partir do momento que a VIVO contratou a ACQ Engenharia, a responsabilidade passa a ser também dela. É preciso tomar uma atitude jurídica quanto a isso, Camargos está sofrendo necessitando dessa torre em funcionamento, a ACQ sequer protocolou o pedido na prefeitura. Que a VIVO resolva a situação o mais rápido possível, foi ela que contratou a empresa para executar a obra. Ricardo afirmou que até quarta-feira vai protocolar o pedido na Secretaria de Obras. O presidente Adriano disse que é preciso cobrar da VIVO, ela é a responsável por toda as obras. O vereador Deyvson assinalou que não há dúvidas de que a VIVO seja a responsável, ela contratou a Highline, que contratou a ACQ, não conseguiu fazer ficando em um jogo de empurra. Assim, o vereador pediu para que a empresa telefônica cobre da Highline um prazo para efetivação da obra. Ainda, o vereador pediu à comissão para oficializar a VIVO solicitando um prazo legal para a construção do Adro da igreja. O Secretário de Administração colocou a secretaria à disposição. O presidente Marcelo disse que irá acompanhar todo o processo e cobrar para a comunidade de Camargos, que é um distrito importantíssimo para Mariana. A reunião entre representante do Executivo, Câmara, Ricardo (representante da VIVO) foi marcada para o dia vinte de novembro, às 10 horas e trinta minutos, para fazer revisão da lei sobre infraestrutura e operação de telecomunicação no município. Nada mais havendo, a reunião foi encerrada às doze horas e trinta e três minutos.